

Ao Exmo. Sr. José Eduardo Cardozo, Ministro da Justiça
Ministério da Justiça
Esplanada dos Ministérios
Brasília

Paris, 24 de março de 2014

Sr. Ministro,

Repórteres sem Fronteiras, organização internacional de defesa da liberdade de informação, deseja chamar sua atenção para a crucial questão da segurança dos jornalistas.

O seu ministério anunciou no Diário Oficial da União, no passado dia 6 de março, a formação de um grupo de trabalho encarregado de propor medidas de segurança para garantir a proteção dos jornalistas que realizam a cobertura de manifestações. Regina Miki, secretária nacional de Segurança Pública, sugeriu ao grupo alguns pontos de reflexão. Entre eles, se encontram as questões da identificação dos comunicadores, da delimitação dos espaços de segurança colocados à disposição dos jornalistas pelos membros das forças de segurança e das condições de utilização do material de proteção, como coletes à prova de bala e capacetes. A finalidade do dito grupo consistirá em preconizar propostas legislativas. A nossa organização aplaude essa decisão e espera que algumas medidas concretas possam ser implementadas o mais depressa possível.

As agressões contra profissionais da mídia se multiplicaram nos últimos meses. Desde junho de 2013, Repórteres sem Fronteiras contabilizou pelo menos 85 casos de agressões de jornalistas. Santiago Ilídio Andrade, cinegrafista da TV Bandeirantes, foi morto no passado mês de fevereiro. De acordo com os dados de Repórteres sem Fronteiras, mais de dois terços das agressões contra jornalistas cometidos no decorrer das manifestações tiveram como protagonista a polícia. Congratulamo-nos pelo fato do seu ministério ter reconhecido que o comportamento dos agentes policiais para com os profissionais da informação se encontra no centro do debate.

As atuais iniciativas do seu Governo em prol da segurança dos jornalistas que acompanham manifestações se encontram em linha com as recomendações de Navanethem Pillay, Alta Comissária de Direitos Humanos das Nações Unidas. Em um [relatório sobre a promoção e a proteção dos direitos humanos durante manifestações pacíficas](#), publicado a 21 de janeiro de 2013, ela salientava a importância de “assegurar que toda e qualquer pessoa que acompanhe e divulgue as agressões e abusos que se verifiquem no decorrer de manifestações pacíficas, incluindo os jornalistas, a mídia comunitária ou outros profissionais da informação ou blogueiros, atue sem risco de intimidação, de acossamento físico ou jurídico ou de violência. Para este efeito, o Estado tem a obrigação de protegê-la.”

Aproveitamos para lembrar que os jornalistas que cobrem manifestações nas grandes cidades não são os únicos que necessitam proteção: os jornalistas das regiões do interior também enfrentam numerosos obstáculos e perigos. Vítimas de agressões e de

ações judiciais abusivas por parte das autoridades locais, esses profissionais da informação arriscam a vida em suas investigações sobre narcotráfico, corrupção ou conflitos políticos locais. Com cinco jornalistas assassinados por motivos relacionados com sua profissão em 2012 e outros cinco em 2013, o Brasil é um dos países mais mortíferos da região.

No intuito de enriquecer as reflexões do grupo de trabalho e do seu ministério, Repórteres sem Fronteiras elaborou uma série de recomendações. Parece-nos assim essencial:

- Implementar um mecanismo federal de intervenção rápida para a proteção dos jornalistas em perigo.
- Incluir todos os atores da informação, sejam eles blogueiros, net-cidadãos ou jornalistas independentes, comunitários ou profissionais, aquando da atribuição dos dispositivos de proteção ou das formações.
- Sensibilizar os oficiais e os agentes, quer da polícia nacional quer da polícia militar, para a importância do jornalismo, não só no âmbito das manifestações mas também sobre seu papel na democracia e no direito legítimo à informação da população, que os policiais devem assegurar.
- Exortar a mídia e respectivas redações a responsabilizar-se pela segurança de seus repórteres, proporcionando-lhes uma preparação, material de segurança e seguros, se assim for necessário.
- Não restringir a missão do Observatório da Violência contra Comunicadores às brutalidades cometidas no contexto de manifestações. Pelo contrário, sua vigilância deverá abranger qualquer caso de violência contra a profissão, incluindo quando esta provém das autoridades, a fim de combater a impunidade.
- Assegurar-se de que as investigações policiais sejam efetivamente encetadas, de forma a sancionar os responsáveis de crimes contra a liberdade de informação.

Agradecendo desde já a atenção que dispensa ao nosso apelo, apresento ao Exmo. Sr. Ministro os meus respeitosos cumprimentos.



Christophe Deloire,
Secretário Geral de Repórteres sem Fronteiras